UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SAMANTA BEATRIZ DO ROSÁRIO MESCOUTO

A CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: O ESTADO DE CONHECIMENTO NAS DISSERTAÇÕES

BRAGANÇA-PA
2022

SAMANTA BEATRIZ DO ROSÁRIO MESCOUTO

A CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: O ESTADO DE CONHECIMENTO NAS DISSERTAÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciada Plena em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra. Neide Maria Fernandes Rodrigues de Sousa.

BRAGANÇA-PA

2022

SAMANTA BEATRIZ DO ROSÁRIO MESCOUTO

A CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: O ESTADO DE CONHECIMENTO NAS DISSERTAÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciada Plena em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra. Neide Maria Fernandes Rodrigues de Sousa.

APROVADO EM: ____/____/_____

CONCEITO: _____

BANCA AVALIADORA

_____

Profª. Drª. Neide Maria Fernandes Rodrigues de Sousa

Orientadora – Universidade Federa do Pará (UFPA)

_____

Prof. Dr. Francisco Pereira de Oliveira

Avaliador – Universidade Federal do Pará (UFPA)

_____

Profª. Drª. Ana Paula Vieira e Souza

Avaliadora – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Dedico este trabalho à Deus, o meu senhor e soberano, seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades. À minha mãe, heroína, guerreira, que dedicou os melhores anos de sua vida unicamente aos filhos e, quando sozinha, a seu modo, com muitas palavras de afeto, coragem e muito trabalho, mostrou-nos o verdadeiro sentido do que é amar, cuidar, proteger, e fazer crescer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelas oportunidades que se apresentaram em minha vida. A minha família, base de tudo que até hoje fiz e construí. A Crislane Borges minha maior incentivadora e motivadora.

A minha orientadora Prof.ª Drª. Neide Maria Fernandes Rodrigues de Sousa que me acompanhou pontualmente, me dando o auxílio e orientação necessária para a elaboração deste projeto.

Aos meus professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional.

Aos meus colegas de turma pelos anos de convivência que compartilharam comigo desta caminhada (Adriele Silveira, Ingrid Rodrigues, Renata Araújo, Yan Rodrigues). Aos meus quatro alunos pelos quais estudo e me dedico e com os quais muito aprendo.

Gratidão. Enfim, a todos que de alguma maneira contribuíram positivamente para que hoje eu estivesse aqui finalizando essa importante etapa da minha vida, o meu muito obrigada!

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidade para a sua própria produção ou a sua construção.”
Paulo Freire

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 9

2. MÉTODO 13

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO 14

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 19

REFERENCIAS 20

A CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: O ESTADO DE CONHECIMENTO NAS DISSERTAÇÕES

Samanta Beatriz do Rosário Mescouto[1]
Neide M. Fernandes R. de Sousa[2]

RESUMO

A proposta deste trabalho é apresentar algumas produções acadêmicas do tipo dissertações realizadas nos últimos cinco anos com a temática autismo ou Transtorno de Espectro Autista e Educação Infantil. Nos baseamos na análise de resumos de dissertações em Programas de Pós- Graduação em Educação de 2016 a 2020, utilizando como descritor - Autismo ou Transtorno do Espectro Autista e Educação Infantil. A abordagem foi qualitativa com um caráter descritivo, pois, buscamos, mapear, interpretar e organizar as produções acadêmicas. O levantamento foi realizado nos portais: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Os dados foram organizados em quadros-síntese na intenção de identificar o objetivo, as metodologias empregadas e os principais resultados das dissertações. Foram encontrados uma pluralidade de subtemáticas nos resultados, a saber: inclusão escolar da criança com TEA, rotina de atividades de alunos autistas, relação família-escola, subjetividade materna da criança com TEA**,** políticas públicas educacionais inclusivas na educação infantil para a criança autista formação docente e possibilidades de capacitações colaborativas, entre outros. Alguns trabalhos indicam que ainda há grandes dificuldades na educação inclusiva das crianças com TEA. Por fim, o trabalho sugere que se faz necessário avançar em políticas públicas exitosas e práticas pedagógicas mais assertivas a esse público alvo.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista-TEA; Educação Infantil; estado de conhecimento.

I INTRODUÇÃO

A temática Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Educação Infantil vem sendo cada vez mais foco de pesquisas e discussões no campo acadêmico e na

[1]Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia. UFPA – Bragança – PA. E-mail: samantamescouto@gmail.com.br.
[2]Professora Adjunta da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Pará - UFPA/Campus Universitário de

sociedade, ocupando espaço importante na área educacional, observando-se que no decorrer dos anos houveram modificações na identificação do autismo, no modo de educar e nas políticas educacionais de acesso a escolarização.

O autismo na atualidade é denominado de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e tem como principais características, comprometimento da interação social, da comunicação verbal e não verbal e comportamento restrito e repetitivo (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA, MANUAL DE DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS - DSM-V 2013).

Crianças com TEA ou autismo frequentam diferentes contextos de desenvolvimento, entre eles, a escola de educação infantil. O atendimento educacional na infância tem como uma das funções potencializar o desenvolvimento em diferentes áreas (física, cognitiva, emocional e social), dentro do princípio básico - cuidar e educar.

Os espaços educacionais são caracterizados pelas diferenças humanas e pela diversidade sociocultural. O ser humano, enquanto culturalmente biológico tem como atributo as diferenças, seja esta, por traços individuais, seja pela identidade dos grupos a que pertence. Portanto, a ideia de diferenças, enquanto um sistema classificatório, ou a partir de um padrão de normalidade gerou a exclusão social e a perda de direitos de determinados grupos sociais (entre eles, o público alvo da educação especial alvo da educação especial-PAEE) ao longo da história (AMARAL, 1998; OMOTE, 2004, WOODWARD, 2013).

Na atualidade, com as conquistas de direitos fundamentais nas diferentes áreas, a inclusão passa a ser o paradigma das práticas sociais, principalmente no campo educacional. Nessa direção, é comum encontrarmos na educação infantil grupos heterogêneos e em específico crianças público alvo da educação especial (PAEE), dentre elas as crianças com TEA ou autismo, sendo necessário oferecer respostas educativas às necessidades específicas dessas crianças, nessa direção, algumas estratégias da educação especial podem ajudar no trabalho pedagógico (PANIAGUA, PALACIOS, 2007).

De acordo com Lopez (2011, p. 16),

> Professores, orientadores, supervisores, direção escolar, demais funcionários, famílias e alunos precisam estar conscientes dessa singularidade de todos os estudantes e suas demandas específicas. Estas tomada de consciência pode tornar a escola um espaço onde os processos de ensino e aprendizagem estão disponíveis e ao alcance de todos e onde diferentes conhecimentos e culturas são mediados de formas diversas por todos os integrantes da comunidade escolar, tornando a escola um espaço compreensível e inclusivo.

Nessa perspectiva, a inclusão na educação Infantil para as crianças com TEA é um desafio a ser vencido de forma consciente e em conjunto. O suporte pedagógico deverá ser sólido, para garantir o direito educacional à criança com TEA. A educação de crianças com autismo envolve planejamento com métodos e recursos específicos como o TEACCH, a comunicação Suplementar ou Alternativa (CSA) e o ABA. O TEACH, utilizado para comunicação em crianças não oralizadas usa estímulos visuais e audiovisuais, com o uso de símbolos, no direcionamento de comportamentos até a autonomia da criança (CARDOSO, SOUSA, OLIVEIRA, 2021; ORRÚ,2011).

Esse trabalho tem a proposta de levantar e analisar as produções acadêmicas do tipo dissertações nos Programas de Pós-Graduação em Educação nos últimos cinco anos sobre a temática- *autismo ou TEA e educação infantil.* Essa escolha se deve a uma motivação intrínseca, pessoal e familiar. Tenho um sobrinho de quatro anos diagnosticado com autismo; e na família havia a preocupação de como seria a entrada dele no espaço da educação infantil. Além dessas questões, a escolha do tema foi se construindo no decorrer da minha formação, como pedagoga; ao cursar duas disciplinas do curso: Educação Especial e Educação Inclusiva, os conteúdos destas me despertaram o interesse na temática.

A relevância da pesquisa está a contribuir com discussões sobre o Autismo ou TEA e Educação Infantil a partir do estado de conhecimento na área, indicar as dissertações em programa de pós–graduação, assim também, sugerir as continuidades e as fragilidades nas pesquisas ora exposta.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é apresentar as produções do tipo dissertações sobre o autismo ou TEA na Educação Infantil do período de 2016 a 2020. Na organização do artigo inicialmente abordaremos algumas discussões conceituais sobre o TEA e educação infantil, em seguida indicaremos o procedimento metodológico adotado e por fim os resultados e discussões.

2 O TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Historicamente o autismo infantil foi denominado em 1943 por Leo Kanner como Distúrbio Autístico do Contato Afetivo caracterizado por perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente, normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência[n2] predominante no sexo masculino. Em 1944 Hans Asperger propôs uma nova definição denominada de Psicopatia Autística, manifestada por transtorno severo na interação social, uso pedante da fala, desajeitamento motor e incidência apenas no sexo masculino (TAMANAHA, A. C.; PERISSINOTO, J.; CHIARI,2008)

Na década de 1950, Margareth Mahler, psicanalista, diferencia a “psicose infantil autista” da “psicose infantil simbiótica”. Entre a década de 1960 e 1970 autores das correntes cognitivistas como Rutter e Ritvo relacionaram o autismo a um déficit cognitivo e do desenvolvimento e não a questões afetivas (BRASIL, 2015).

Nos anos de 1970 e 1980 também surgiram as metodologias educacionais e comportamentais específicas às pessoas com autismo, como por exemplo, o Treatment and Education of Autistic and Related Communications Handicapped Children-TEACCH, e da Applied Behavioral Analysis-ABA (BRASIL 2015).

A partir da década de 1980, o autismo não foi mais incluído como psicoses infantis no campo psiquiátrico e sim como um “transtorno invasivo do desenvolvimento” (TID). Nos anos de 1990 houve uma nova classificação, da CID-10 da Organização Mundial da Saúde- OMS de 1992 e a classificação DSM-IV da Associação Psiquiátrica Americana-APA de 1994, onde são feitos descrições do autismo, da síndrome de Asperger, do transtorno desintegrativo, da síndrome de Rett e dos quadros atípicos ou sem outra especificação e foram denominados como Transtorno Global do Desenvolvimento -TGD (BRASIL, 2015).

Os TGD têm como características modificações qualitativas dos processos cognitivos, da experiência subjetiva, da comunicação (linguagem) e do comportamento e se manifestam antes da idade de três anos. A pessoa apresenta perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes: interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo. Além disso, o transtorno era acompanhado de outras manifestações inespecíficas, como: fobias, perturbações de sono ou da alimentação, crises de birra ou agressividade (auto-agressividade).

Em 2013 houve nova descrição no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-V da APA, no qual o autismo e outros transtornos passaram a ser denominado de Transtornos do Espectro Autista- TEA**,** caracterizado por um transtorno do desenvolvimento neurológico, presente desde o nascimento ou começo da infância, com as seguintes especificidades:

> 1) Déficits clinicamente significativos e persistentes na comunicação social e nas interações sociais, manifestadas de todas as maneiras seguintes: a. Déficits expressivos na comunicação não verbal e verbal usadas para interação social; b. Falta de reciprocidade social; c. Incapacidade para desenvolver e manter relacionamentos de amizade apropriados para o estágio de desenvolvimento.
> 2) Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades, manifestados por pelo menos duas das maneiras citadas a seguir: a. Comportamentos motores ou verbais estereotipados, ou comportamentos sensoriais incomuns; b. Excessiva adesão/aderência a rotinas e padrões ritualizados de comportamento; c. Interesses restritos, fixos e intensos.
> 3) Os sintomas devem estar presentes no início da infância, mas podem não se manifestar completamente até que as demandas sociais excedam o limite de suas capacidades (APA, DSM-V, 2013)

O TEA consta na atual Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID-11 pela Organização Mundial da Saúde- OMS descrito como um Transtorno do Espectro do Autismo que pode apresentar entre outros deficiência intelectual (DI) ou não comprometimento da linguagem funcional e transtornos não especificados (BRASIL, 2015).

A Lei Federal 12.764/2012 ou Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista foi o marco legislativo na defesa dos direitos das pessoas com autismo. O nome foi uma homenagem à mãe de um autista, que buscou conhecer, falar, ensinar e chamar atenção da sociedade para essa questão.

Essa lei, garante em seu bojo o acesso a ações e serviços de saúde, incluindo: o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional, a nutrição adequada e a terapia nutricional, os medicamentos e as informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento também estão previstos assim como o acesso à educação e ao ensino profissionalizante, à moradia, ao mercado de trabalho e à previdência e assistência social, ressalta-se que para garantir tais direitos o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado. Garante também, o acesso à Educação, nas classes comuns de ensino regular o direito a

acompanhante especializado durante as atividades na escola, garantido o direito à matrícula de alunos com autismo na rede regular de ensino, cabendo aos gestores a não recusa destes.

Outro aporte legal que ampara e garante os direitos das pessoas com deficiência é a Lei 13.146/2015 -Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Essa tem como característica um conjunto de normatizações com finalidade de assegurar e promover de forma igualitária, condições, para o exercício dos direitos e liberdades fundamentais, visando à sua inclusão na sociedade e promovendo a cidadania da pessoa com deficiência.

A educação de crianças entre O a 6 anos, se dá na etapa da educação envolvendo creche e pre-escola . Nessa etapa, a partir do princípio do cuidar e educar , as escolas de educação infantil devem ampliar as experiências e e potencializar o desenvolvimento das crianças por meio da ludicidade e das interações (BNCC, 2018)

3 MÉTODO

A pesquisa, tem a proposta de apresentar o estado do conhecimento das pesquisas brasileiras do tipo dissertações (no período de 2016 a 2020) na temática TEA ou autismo na educação infantil. Esta modalidade de levantamento possui um caráter bibliográfico e possibilita um mapeamento de produções científicas sobre uma temática abordada num determinado período de tempo. Morosini e Fernandes (2014) caracterizam o estado do conhecimento como: identificação, registro, categorização que remete a uma síntese reflexiva sobre a produção científica em um determinado período de em uma área de conhecimento específico, e este levantamento ocorre nos periódicos, livros teses, dissertações e livros. Gentil e Lacerda (2016) apontam a relevância do estado de conhecimento na avaliação de continuidades e descontinuidades teórica-metodológicas em uma área de conhecimento.

Na pesquisa delimitamos os critérios e procedimentos adotados. Nos baseamos na análise de resumos de dissertações publicadas na área da Educação no Brasil no período de 2016 a 2020 utilizando como descritor Autismo ou TEA e Educação Infantil. Nessa direção, buscamos mapear, interpretar e organizar as produções acadêmicas na área nos últimos cinco anos.

O levantamento foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Como procedimento, inicialmente definimos os descritores: autismo ou TEA e educação infantil; em seguida, fizemos o levantamento descritivo e quantitativo dos resumos das dissertações junto aos portais Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do período de 2016 a 2020 em Programas de Pós-Graduação em Educação. A próxima etapa foi a análise qualitativa do material, visando especificar o objetivo, o percurso metodológico e os resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para localização das pesquisas utilizamos os descritores autismo ou Transtorno do Espectro Autista -TEA e Educação infantil. Foram encontradas seis dissertações nos Programas de Pós- Graduação em Educação no período de 2016 a 2020, configurando-se o corpus analítico da pesquisa. Nas produções foram abordadas as seguintes subtemáticas: inclusão escolar da criança com TEA, rotina de atividades de alunos autistas, relação família-escola, subjetividade materna da criança com TEA**,** políticas públicas educacionais inclusivas na educação infantil para a criança autista, formação docente e as capacitações colaborativas, interações e participação compartilhada e intervenções especializadas. Os quadros 1 e 2 mostram as dissertações com indicativos autoria, título, objetivos, método e resultados.

Quadro 1: Dissertações entre 2016 a 2020: (parte 1).

Autoria/ano	**VIEIRA, G.L. 2016**	**ALMEIDA, T. 2016**	**FIORINI, B. S. 2017**
Título	Políticas públicas educacionais inclusivas para a criança com transtorno do espectro do autismo na educação infantil na cidade de Manaus	A comunicação casa-escola no contexto da inclusão de pessoas com TEA	O aluno com Transtornos do Espectro do Autismo na Educação Infantil: caracterização da rotina escolar.
Objetivo	Analisar as políticas públicas educacionais inclusivas para a criança com TEA na Educ. Infantil da rede municipal de Manaus	Verificar como ocorre a comunicação casa-escola no contexto do TEA	Caracterizar a rotina de atividades do aluno com TEA no contexto da Educação Infantil
Método	Abordagem qualitativa e descritiva dos fenômenos estudados, utiliza como fonte de informação a pesquisa documental e bibliográfica e, a análise de conteúdo, para o tratamento dos dados.	Delineamento de estudos de casos múltiplos. Participantes: três mães de alunos com autismo e professores da educação infantil e séries iniciais	Participantes: sete alunos com TEA, suas professoras e cuidadoras. Lócus: escolas de Educação Infantil da rede municipal. Foram realizadas entrevistas com as professoras, observações da rotina escolar dos alunos e Escala de Avaliação de Traços Autísticos (ATA).

			Para tratamento foi utilizado a análise de conteúdo
Resultados	A legislação nacional assegura o direito à educação de qualidade para as crianças com TEA, mas, existe disparidade entre o que determina a Lei e o serviço educacional que está sendo ofertado, a saber: a falta de profissional de apoio especializado, a necessidade de construção de Instituições de Educação Infantil com vistas ao atendimento do quantitativo de crianças estabelecidos no Plano Municipal de Ensino e a necessidade de formulação de políticas públicas efetivas para o serviço de estimulação essencial/precoce.	Para a escola a comunicação ideal é por agenda. Para as mães essa forma de comunicação é inadequada. A escola tenta envolver a família nas atividades e rotina da escola como forma de comunicação, porém para os professores é sempre de cunho acadêmico. A comunicação casa-escola é insuficiente	A análise da rotina permitiu identificar a participação dos alunos com TEA em diferentes atividades realizadas no contexto da Educação Infantil, desde conteúdos dirigidos pelo professor até mesmo durante o brincar. A especificação da rotina escolar possibilitou a observação de elementos essenciais relacionados à inclusão do aluno com TEA, além da identificação das habilidades apresentadas pelos alunos e as dificuldades que ainda são encontradas nas escolas.

Quadro 2: Dissertações entre 2016 a 2020 (parte 2).

Autoria/ano	**FERREIRA, R. F. A. 2017**	**SOUZA, M. G.2019**	**OLIVEIRA, S.R. 2019**
Título	Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil: o desafio da formação de professoras	Autismo e inclusão na educação infantil: efeitos de um programa de intervenção colaborativa nas práticas pedagógicas dos professores. 2019	A inclusão da criança com autismo na educação infantil: compreendendo a subjetividade materna
Objetivo	Analisar o tipo de formação de professoras que atuam em uma Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) na formação inicial e ao longo da sua trajetória profissional que e como elas avaliam a formação na inclusão de crianças com TEA	Avaliar a eficácia de uma proposta pedagógica de intervenção escolar, de cunho colaborativo, na escolarização de uma criança com TEA, regularmente matriculada no Ensino Infantil	Compreender aspectos configuracionais constituintes da subjetividade da mãe, ante a experiência de maternar uma criança com diagnóstico recente de autismo e em inclusão na Educação Infantil a partir da perspectiva da Teoria da Subjetividade de González Rey
Método	Abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. Realizou-se um levantamento bibliográfico e documental. Técnica de pesquisa:questionário e a entrevista	Delineamento de pesquisa quase-experimental intrassujeito, foi utilizado para mensurar os efeitos do programa de capacitação no comportamento mediador do professor, foram avaliados os efeitos da mediação docente no desempenho acadêmico e funcional do aluno.	Estudos de casos de duas mães de crianças na Educação Infantil com diagnóstico recente de autismo.
Resultados	Para as professoras é necessário facilitar a interação da criança com autismo com	Aumento na frequência de comportamentos	As expressões simbólico-emocionais das participantes (mães)

	seus pares. Percebem a necessidade de aprofundarem a compreensão sobre as necessidades educativas e de aprendizagem, tendo acesso a cursos de atualização e materiais adequados para crianças com TEA. Não se sentem preparadas para atuar junto a crianças com TEA por desconhecerem particularidades da deficiência e não terem recebido formação específica sobre a inclusão de crianças com TEA. Para que a inclusão realmente ocorra, é preciso adequação curricular, planejamento educacional individualizado, recursos pedagógicos específicos e, principalmente, formação contínua de professoras.	mediadores da docente e as mudanças qualitativas no desempenho do aluno foram registrados após o programa de capacitação.	imbrica-se a aspectos da história de vida e qualidade das relações interpessoais nos diversos s contextos – família, escola e comunidade. Há uma tensão entre subjetividade individual e social, com surgimento de novas organizações subjetivas, o que favorece novos sentidos da ação de maternar uma criança com autismo. As vivências simbólico-emocionais são constituídas cultural e historicamente ao longo da vida o que explica as singularidades do fenômeno em diferentes indivíduos. A produção de sentidos subjetivos está relacionada ao social, a valorização do outro familiar e do outro social sobre a atuação como mãe. Na subjetividade social há a valorização de aspectos culturais subjetivados dos espaços de atuação da mãe (família, escola e comunidade) ligadas ao preconceito e a iatrogenia social do diagnóstico de autismo.

Escolhemos duas dissertações para tecer o diálogo sobre elas: a primeira denominada: o aluno com Transtornos do Espectro do Autismo na Educação Infantil - caracterização da rotina escolar de Bianca Sampaio Fiorini defendida em 2017 e a segunda com o título Autismo e inclusão na educação infantil - efeitos de um programa de intervenção colaborativa nas práticas pedagógicas dos professores de Maria da Guia Souza defendida em 2019.

Fiorini (2017) em seu trabalho buscou caracterizar a rotina de atividades do aluno com TEA no contexto da Educação Infantil. Os participantes envolvidos foram alunos com TEA, cuidadoras e professoras da Educação Infantil da rede municipal de ensino. A autora em seus resultados afirma que apesar dos avanços nas políticas educacionais, a escola ainda apresenta muitas dificuldades na inclusão de crianças autistas e também na comunicação destes sujeitos. Percebeu a extrema importância do planejamento de ações direcionada a participação e aprendizagem deste aluno no

contexto educacional. Além disso, nos resultados indicou a participação de crianças com TEA nas atividades dirigidas na sala e em outros ambientes, observou que algumas crianças autistas compartilhavam as atividades a partir da orientação da professora ou cuidadora, outras não participavam da mesma atividades que as crianças realizavam e não atendiam as orientações da professora e cuidadora, com prejuízos na comunicação, interação social, comportamento e atenção compartilhada. Sugere que poderia haver maior envolvimento das crianças com TEA e maior atenção compartilhada (AC) se houvesse a ação de profissionais especializados.

A literatura da área indica que na AC há a coordenação de atenção entre dois parceiros sociais direcionada a um terceiro referencial externo e é um marco no desenvolvimento infantil; crianças com TEA podem apresentar comprometimento nessa habilidade. Estudos apontam que é possível o uso de estratégias metodológicas que estimulam as interações e AC, indo além do déficit de interação. As estratégias metodológicas podem envolver não só as funções cognitivas, mas as experiências diversas em que as crianças com TEA dão um significado e sentido (NUNES; SILVA, 2019; TOMASELLO, ET ALL, 2005; ZANON; BACKES; BOSA, 2015).

A dissertação de Souza (2019) com o título Autismo e inclusão na educação infantil: efeitos de um programa de intervenção colaborativa nas práticas pedagógicas dos professores teve como objetivo avaliar a eficácia de uma proposta pedagógica de intervenção escolar, de cunho colaborativo, na escolarização de uma criança com TEA na educação infantil. A autora afirma que sucesso ou fracasso educacional de crianças com TEA está diretamente ligado à formação docente. Evidencia lacunas no ensino-aprendizagem de crianças com TEA e sugere a parceria e consultoria colaborativa no processo de capacitação de profissionais da escola. Essas mediações (parceria e capacitação) deve envolver as ação da professora nas interação professor-criança e criança com seus pares, além de orientações sobre adaptações curriculares no planejamento escolar.

Nos resultados, Souza (2019) indica que sejam realizadas flexibilizações curriculares para o aluno com TEA. O planejamento e a organização de estratégias de ensino, precisam ser adequadas a demanda específica.

Concordamos com a autora, visto que um das dimensões para o sucesso nas práticas inclusivas é a flexibilização curricular. Na educação inclusiva, a flexibilização curricular é um caminho a ser adotado, devendo estar inserindo no projeto pedagógico

e no planejamento da coordenação e dos professores , uma dimensão essencial para o desenvolvimento e aprendizagem de crianças autistas (GOMES; SILVEIRA, 2017; WINDHOLZ, 2016).

Souza (2019) sugere a necessidade de programa de capacitação de professores. Compreendemos que em uma política inclusiva se faz necessário a formação docente, uma questão importante no processo de inclusão de crianças com TEA. Apesar da inclusão escolar ser uma política educacional vigente desde os idos de 1990, a inclusão escolar de crianças com TEA ainda se constitui como um desafio para os profissionais da educação, com destaque para dificuldade da formação qualificada de professores para o atendimento de crianças com TEA.

O processo de formação docente envolve uma formação inicial e continuada. Na formação inicial pensamos ser fundamental no currículo uma quantidade maior de componentes curriculares na área da educação especial. Oliveira (2016) ao discutir sobre a estrutura curricular nos cursos de licenciatura sugere a oferta de mais conteúdo, disciplinas e metodologias na temática Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

De maneira geral esse estudo pautou-se no levantamento de estudos de dissertações produzidas entre 2016 a 2020 sobre a criança com TEA ou autismo e educação infantil Educação infantil, proporcionando um resgate de fontes importantes e de reflexões sobre o fazer educativo, métodos possíveis e sobre as dimensões que envolvem a criança autista em espaço escolar.

As produções, indicam que se faz necessários políticas educacionais mais eficientes com ações educativas e práticas pedagógicas mais assertivas para esse público alvo. Cabe salientar que a amostra de estudos analisada é somente um recorte das pesquisas realizadas sobre o autismo ou TEA e educação infantil.

A análise dos resultados permite refletir sobre as pesquisas e sugerir que é preciso avançar em estudos sobre políticas públicas educacionais e as práticas educacionais, no sentido de discussões sobre as possibilidades assertivas para a educação de crianças com TEA.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. **A comunicação casa escola no contexto da inclusão de pessoas com TEA**. 2016. 82 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, 2017.

AMARAL, L. A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas e sua superação. In: AQUINO, J. G. (org.). **Diferenças e preconceitos na escola***:* alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

CARDOSO, J.; SOUSA, N. M. F. R. de; OLIVEIRA, F. P. Art Education, Autistic Spectrum Disorder-TEA and educational possibilities . **Research, Society and Development,** *[S. l.]*, v. 10, n. 5, p. e18810514842, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i5.14842. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14842. Acesso em: 27 jan. 2022.

BRASIL/MEC. **Base Nacional Comum da Formação dos Professores da Educação Básica**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

FERREIRA, R. F. A. **Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista, na educação infantil:** o desafio da formação de professoras. 2017. 160 f. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2017

FIORINI, B. S. **O aluno com transtornos do espectro do autismo na educação infantil:** caracterização da rotina escolar. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

GENTIL, V. K; LACERDA, M. P. C. de. Expansão do ensino superior do sistema federal brasileiro no período 2003 -2006. **RBPAE** - v. 32, n. 3, p. 829 - 849 set./dez. 2016.

GOMES, C. G. S. et al. Intervenção Comportamental Precoce e Intensiva com Crianças com Autismo por Meio da Capacitação de Cuidadores. **Rev. bras. educ. espec**., Marília, v. 23, n. 3, p. 377-390, set. 2017.

LOPES, J. C. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas:** contribuições psicopedagógicas. 2011. 44 f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional) —Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v.5, n.2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA, S. R. **A inclusão da criança com autismo na Educação Infantil:** compreendendo a subjetividade materna. 2019. 205 f, il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

OLIVEIRA, A.G.B. **Inclusão escolar e formação inicial de professores:** a metodologia da problematização como possibilitadora para a construção de saberes inclusivos. 2016.Tese. Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras UNESP/Araraquara. 2016

PANIAGUA, G. PALACIOS, J. **Educação Infantil:** resposta educativa à diversidade. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SOUZA, M. da G. **Autismo e inclusão na Educação Infantil:** efeitos de um programa de intervenção colaborativa nas práticas pedagógicas dos professores. 2019. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

TAMANAHA, A. C.; PERISSINOTO, J.; CHIARI, B. M. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger. **Rev. soc. bras. Fonoaudiol.** São Paulo , v. 13, n. 3, 2008 . Disponível em: Acesso em: 04/08/2017.

VIEIRA, Gisele de Lima. **Políticas Públicas Educacionais Inclusivas para a criança com Transtorno do Espectro do Autismo na Educação Infantil na Cidade de Manaus**. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas. 2016

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: HALL, S; WOODWARD, K; SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ZANON, Regina Basso; BACKES, Bárbara; BOSA, Cleonice Alves. Diferenças conceituais entre resposta e iniciativa de atenção compartilhada. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 17, n. 2, p. 78-90, ago. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 jan. 2022.